

***Concessionária de Rodovia
Sul-Matogrossense S.A.***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Período de 03 de Fevereiro de 2014 a 31 de
Dezembro de 2014 e Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 3 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras


As demonstrações financeiras referentes ao período de 3 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, originalmente aprovadas pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2015, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes na mesma data, estão sendo reapresentadas conforme discutido na nota explicativa nº 3, com objetivo de adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos previstos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As referidas demonstrações financeiras ora reapresentadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de outubro de 2015 e nosso relatório dos auditores independentes foi reemitido nesta data em face a estas alterações processadas pela Administração da Companhia. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de 3 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº1 SP 246752/O-6

Relatório da administração

1 Sobre a Companhia

1.1.Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, relativos ao período compreendido entre 03 de fevereiro e 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 19 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Campo Grande, Jaraguari, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 12 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de *commodities* agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3.Destaques do Ano de 2014

Em 2014 a Concessionária foi enquadrada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, cujo benefício estimado é de R\$ 144.300.000,00 em tributos referentes aos investimentos que serão feitos até 2019.

Além disso, para fazer face aos investimentos pactuados no contrato de concessão, a CCR MSVia firmou financiamento com o BNDES em setembro de 2014, em caráter de empréstimo ponte com prazo de 18 meses no montante de R\$ 646 milhões, sendo que R\$ 270 milhões foram repassados a Companhia em outubro de 2014.

1.4. Perspectivas

A CCR MSVia têm como principal objetivo duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Antes de iniciar a cobrança da tarifa de pedágio, a Concessionária executará a duplicação de 10% da rodovia, o que deve ocorrer em até 18 meses após o início da Concessão, ou seja, até outubro de 2015.

As obras que estão sendo realizadas durante este período foram autorizadas através das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, por estarem em trechos situados dentro da faixa de domínio, onde não há supressão de vegetação nativa; realocação de população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

Os demais trechos da duplicação, assim como implantação de vias marginais, viadutos e passagens inferiores, interconexões, retornos em desnível, passarelas, correções de traçados, e melhorias em acessos, serão executados após o recebimento da Licença Ambiental de Instalação das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias que será disponibilizada a Concessionária em prazo compatível para o atendimento dos prazos do PER – Programa de Exploração da Rodovia - sendo a obtenção da licença a cargo do Poder Concedente. As obras de ampliação devem ser concluídas em até 48 meses, a contar da expedição do licenciamento.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo José Braz Cioffi o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Antônio Linhares da Cunha, Gildo Araújo Rodrigues, Arthur Piotto Filho e Paulo Yukio Fukuzaki. A Diretoria, composta por três membros, foi eleita pelo Conselho de Administração: Maurício Soares Negrão, Diretor Presidente; Décio de Rezende Souza, Diretor Operacional e Henrique Rubião do Val, Diretor de Engenharia.

2.2. Gestão de Pessoas

Para implantação do sistema de atendimento ao usuário foram contratados cerca de 400 colaboradores. Durante 30 dias, eles passaram por treinamentos especializados e adquiriram capacitação técnica para atendimento na rodovia e no centro de controle operacional. O início do atendimento ocorreu em 11 de outubro de 2014, seis meses após a assunção da rodovia.

Em dezembro, a quantidade de colaboradores próprios e terceirizados era 536 e 1.169, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica ao setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

Nos últimos anos, foi registrado PIB do Estado do Mato Grosso do Sul superior ao PIB brasileiro, sendo que no período de 2005 a 2010 a relação foi de 1,30.

3.2. Desempenho CCR MSVIA

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	4ºT14
Prejuízo do período	(14.326)
(+) IR/CS	(7.277)
(+) Resultado Financeiro	(16.641)
(+) Depreciação e Amortização	116
EBITDA (a)	(38.128)
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>-25,50%</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	4ºT14
Prejuízo do período	(14.326)
(+) IR/CS	(7.277)
(+) Resultado Financeiro	(16.641)
EBIT (a)	(38.244)
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>-25,58%</i>

(a) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

Investimentos

No ano de 2014, foram investidos o montante de R\$ 193.024 mil em obras, equipamentos e veículos. Os principais projetos concluídos no mesmo ano foram:

- Trabalhos Iniciais: recuperação emergencial do pavimento, do canteiro central, faixa de domínio, sistemas elétricos e de iluminação;
- Aquisição de 172 veículos (operacionais e administrativos);
- Implantação de 17 painéis móveis de mensagens variáveis;
- Implantação de 6 painéis fixos de mensagens variáveis;
- Implantação do centro de controle operacional;
- Implantação de 12 torres repetidoras;
- Recuperação de 3 balanças móveis.

Além destes, alguns projetos iniciaram em 2014 e seguem em andamento:

- Duplicação inicial de 10% da BR-163/MS;
- Implantação de 17 bases operacionais;
- Implantação de 9 praças de pedágio;
- Trabalhos Iniciais: recuperação do pavimento, drenagens, taludes, sinalização horizontal, sinalização vertical e dispositivos de segurança;
- Implantação de 13 radares.

Atendimento ao Usuário

A partir do dia 11 de outubro de 2014, a Concessionária disponibilizou o serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases

operacionais, ainda em edificações provisórias até que as definitivas sejam concluídas, o que ocorrerá até abril de 2015.

No ano de 2014, foram registrados 19.159 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 23.640 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 15.633 acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 7.087 acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 920 acionamentos de ambulância/resgate.

Redução de Mortes

No ano de 2013, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, no período de 11 de outubro a 31 de dezembro foram registrados 18 mortes na BR-163/MS. Em 2014, no mesmo período, desde o início da operação da rodovia sob concessão da CCR MSVia, ocorreram 12 óbitos, o que representa uma redução de 33%.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Social

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders

Estrada para Saúde

Em novembro e dezembro de 2014 foram realizadas ações do programa Estrada para Saúde em postos de serviço de Campo Grande. O programa é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes. São oferecidos serviços de aferição de pressão arterial, exame de acuidade visual, glicemia, triglicérides, índice de massa corpórea, corte de cabelo e massagem. No total, foram atendidos 83 caminhoneiros.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Neste ano de 2014, marcado pelo início da concessão, a CCR MSVia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras reapresentadas relativas ao período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 3 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao período de 3 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, originalmente aprovadas pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2015, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes na mesma data, estão sendo reapresentadas conforme discutido na nota explicativa nº 3, com objetivo de adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos previstos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As referidas demonstrações financeiras ora reapresentadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de outubro de 2015 e nosso relatório dos auditores independentes foi reemitido nesta data em face a estas alterações processadas pela Administração da Companhia. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de 3 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº 1 SP 246752/O-6

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2014

(Companhia constituída em 03 de fevereiro de 2014)

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	Passivo	Nota	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	294.637	Financiamentos	10	1.999
Contas a receber - partes relacionadas	7	3	Fornecedores	11	27.285
Impostos a recuperar		4.089	Fornecedores - partes relacionadas	7	458
Despesas antecipadas e outras		<u>3.315</u>	Impostos e contribuições a recolher	12	5.897
Total do ativo circulante		<u>302.044</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		8.028
			Outras contas a pagar		<u>66</u>
			Total do passivo circulante		<u>43.733</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Financiamentos	10	269.508
Ativo fiscal diferido	6b	<u>12.691</u>	Total do passivo não circulante		<u>269.508</u>
		12.691			
Imobilizado	8	53.343	Patrimônio líquido		
Intangível	9	<u>164.837</u>	Capital social	13	234.000
Total do ativo não circulante		<u>230.871</u>	Prejuízos acumulados		<u>(14.326)</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>219.674</u>
Total do ativo		<u>532.915</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>532.915</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração do resultado

para o período de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

(Companhia constituída em 03 de fevereiro de 2014)

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	14	149.518
Custos dos serviços prestados		
Custo de construção		(149.518)
Serviços		(3.553)
Custos com obrigações poder concedente		(10.188)
Depreciação e amortização		(9)
Custo com pessoal		(4.339)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.356)
Outros		<u>(742)</u>
		<u>(170.705)</u>
Prejuízo		(21.187)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Despesa com pessoal		(8.755)
Serviços		(5.758)
Materiais, equipamentos e veículos		(556)
Depreciação e amortização		(107)
Outros		<u>(1.881)</u>
		<u>(17.057)</u>
Resultado antes resultado financeiro		(38.244)
Despesas financeiras	15	(3.744)
Receitas financeiras	15	<u>20.385</u>
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(21.603)
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	6a	(5.414)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	6b	<u>12.691</u>
Prejuízo do período		<u>(14.326)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em reais - R\$)	13b	<u>(0,04666)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o período de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
(Companhia constituída em 03 de fevereiro de 2014)
(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>
Prejuízo do período	<u>(14.326)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(14.326)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o período de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

(Companhia constituída em 03 de fevereiro de 2014)

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>		<u>Prejuízos</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>acumulados</u>	
Subscrição e integralização de capital	307.000	(73.000)	-	234.000
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.326)</u>	<u>(14.326)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u><u>307.000</u></u>	<u><u>(73.000)</u></u>	<u><u>(14.326)</u></u>	<u><u>219.674</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
para o período de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
(Companhia constituída em 03 de fevereiro de 2014)
(Em milhares de Reais)

	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(14.326)
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.691)
Depreciação e amortização	116
Juros e variação monetária sobre financiamentos circulantes e não circulantes	3.718
Variações nos ativos e passivos	
Redução (aumento) dos ativos	
Contas a receber - partes relacionadas	(3)
Impostos a recuperar	(4.089)
Despesas antecipadas	(3.315)
Aumento (redução) dos passivos	
Fornecedores	1.563
Fornecedores - partes relacionadas	458
Obrigações sociais e trabalhistas	8.028
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	7.449
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(1.552)
Outras contas a pagar	66
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(14.578)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(49.508)
Aquisição de ativo intangível	(143.066)
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento	(192.574)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de Capital	234.000
Financiamentos:	
Captações	267.789
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento	501.789
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	294.637
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No final do período	294.637
	294.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstrações do valor adicionado
para o período de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
(Companhia constituída em 03 de fevereiro de 2014)
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2014</u>
Receitas		
Receitas de construção	14	149.518
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de construção		(149.518)
Custos dos serviços prestados		(16.682)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(7.702)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(24.384)</u>
Depreciação e amortização		(116)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>(24.500)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15	<u>20.385</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>(4.115)</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta		5.355
Benefícios		3.282
FGTS		854
Outros		239
Tributos		
Federais		(3.912)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros		3.743
Aluguéis		650
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período		<u>(14.326)</u>
		<u><u>(4.115)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (Contrato de Concessão).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, o Poder Concedente transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal objetivo duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais, ainda em edificações provisórias, até que as definitivas sejam totalmente implantadas, o que ocorreu em abril de 2015.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, está previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. As obras que estão sendo realizadas durante este período baseiam-se nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

Instituto CCR: Em 19 de agosto de 2014, o Grupo CCR, constituiu o Instituto CCR com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa.

2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para o período apresentado nas demonstrações financeiras da companhia.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do período.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receitas de serviços

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do período compreendido.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui o Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “o”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do período e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do período com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

l) Benefícios a empregados

- Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período compreendido corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tende a ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

n) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, sob entendimento do contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Nesse tipo de contrato, tanto o Concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, e o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados.

A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>	(d)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente período e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a inserção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aplicadas de maneira consistente.

Em 25 de fevereiro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, com objetivo de adequá-las aos requerimentos previstos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Em 23 de outubro de 2015, foi autorizada pela Administração da Companhia a reapresentação das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

6b Impostos diferidos

8 Depreciação do ativo imobilizado

15 Instrumentos financeiros

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito,
- b) Risco de taxas de juros e inflação, e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de juros de longo prazo (TJLP) para empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 5 e 10.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos	3.472	-	270.000	-	-

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2014
Caixa e bancos	29
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos	<u>294.608</u>
	<u><u>294.637</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em média, à taxa de 99,72 % do CDI, equivalente a 10,73% ao ano.

6. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(21.603)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>7.345</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Incentivo relativo ao imposto de renda	86
Outros ajustes tributários (PLR)	(129)
Despesas com brindes e associações de classe	<u>(25)</u>
Despesa/receita de imposto de renda e contribuição social	<u><u>7.277</u></u>
Impostos correntes	(5.414)
Impostos diferidos	<u>12.691</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u><u>33,69%</u></u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2014</u>
Bases ativas	
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	11.790
Provisão para participação nos resultados (PLR)	901
Ativo diferido líquido	<u>12.691</u>

A Companhia começará a recuperar os créditos fiscais a partir do início das operações de cobrança de pedágio.

7. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<u>2014</u>		
	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a pagar</u>
Controladora			
CCR S.A. (a)	2.090	-	204
Coligadas			
CPC (b)	2.011	-	219
RodoNorte (d)	-	-	2
NovaDutra (d)	-	-	9
AutoBAn (d)	-	-	6
ViaOeste (d)	-	-	6
Inovap 5 (d)	-	3	12
Total circulante, 31 de dezembro de 2014	<u>4.101</u>	<u>3</u>	<u>458</u>
Total, 31 de dezembro de 2014	<u>4.101</u>	<u>3</u>	<u>458</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2014</u>
Remuneração (c) :	
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.350
Outros benefícios:	
Previdência privada	6
Seguro de vida	<u>6</u>
	<u>2.362</u>

Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração

	<u>2014</u>
	(Reapresentado)
Remuneração dos administradores (c)	288

- (a) Contrato anual de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados no 1º dia útil do mês subsequente a prestação de serviço. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 5% do valor do atraso corrigido pelo IGPM e acrescido de juros de 1% ao mês da data de vencimento;
- (b) Contrato anual de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados no 1º dia útil do mês subsequente a prestação de serviço. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 5% do valor do atraso corrigido pelo IGPM e acrescido de juros de 1% ao mês da data de vencimento;
- (c) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

8. Ativo Imobilizado

		<u>2014</u>		
	Taxa média anual de depreciação %	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	10	101	(3)	98
Máquinas e equipamentos	18	345	(29)	316
Veículos	23	13.051	(496)	12.555
Imobilizações em andamento	-	40.374	-	40.374
		<u>53.871</u>	<u>(528)</u>	<u>53.343</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2014		
	Adições	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	-	101	101
Máquinas e equipamentos	-	345	345
Veículos	-	13.051	13.051
Imobilizações em andamento	53.871	(13.497)	40.374
	<u>53.871</u>	<u>-</u>	<u>53.871</u>

Movimentação da depreciação

	2014		
	Adições	Outros (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	(29)	-	(29)
Veículos	(84)	(412)	(496)
	<u>(116)</u>	<u>(412)</u>	<u>(528)</u>

(a) Foram reconhecidos custos de construção com depreciação no montante de R\$ 412 na rubrica de Direitos de exploração de infraestrutura concedida

9. Ativos Intangíveis

	2014	
	Custo	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	<u>164.837</u>	<u>164.837</u>
	<u>164.837</u>	<u>164.837</u>

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2014		
	Adições	Outros (b)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	164.425	412	164.837
	<u>164.425</u>	<u>412</u>	<u>164.837</u>

(b) Foram reconhecidos custos de construção com depreciação no montante de R\$ 412 na rubrica de Direitos de exploração de infraestrutura concedida

10. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2014	Vencimento final	2014
Em moeda nacional						
BNDES - FINEM I	TJLP+2,00% a.a	0,5494% (a)	2.211	1.965	Abril de 2016	271.507
Subtotal em moeda nacional				<u>1.965</u>		<u>271.507</u>
Total geral				<u>1.965</u>		<u>271.507</u>
Circulante						
Financiamentos						3.472
Custo de transação						(1.473)
						<u>1.999</u>
Não circulante						
Financiamentos						270.000
Custo de transação						(492)
						<u>269.508</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-a no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

(b) Fiança/aval do acionista controlador.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2014
2016	<u>270.000</u>
Total	<u>270.000</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente e não há cláusulas de repactuação.

Em 18 de setembro de 2014 foi assinado o contrato de empréstimo ponte entre a CCR MSVia e o BNDES, no valor total de R\$ 646.636. O empréstimo conta com a garantia fiduciária da CCR S.A. tendo seu vencimento em 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à MSVia por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% (dois por cento) ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e tanto principal quanto juros deverão ser pagos no vencimento do contrato.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- a alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão, independentemente de culpa por parte da Companhia;
- reduzir do capital social da Companhia, sem a prévia anuência do BNDES.

Adicionalmente, a CCR S.A., garantidora da operação, obriga-se a manter durante a vigência do contrato de empréstimo ponte, índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente, em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Caso não atendido o índice acima, a CCR deve apresentar carta fiança do saldo do empréstimo ponte.

Em 24 de outubro de 2014 ocorreu o primeiro desembolso do empréstimo ponte, no valor de R\$ 270.000, nas condições apresentadas.

11. Fornecedores

	<u>2014</u>
Circulante	
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	22.565
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	1.544
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>3.176</u>
	<u>27.285</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações fiscais a recolher

	<u>2014</u>
IRPJ e CSLL	3.829
ISS a recolher	1.453
INSS retido	353
PIS, COFINS e CSLL retidos	138
IRRF	89
ICMS / IPTU, CIDE e IOF	31
PIS e COFINS	4
	<u>5.897</u>

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 307.000, composto por 307.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e parcialmente integralizado de R\$ 234.000, e R\$ 73.000 a integralizar.

Em 21 de janeiro de 2014, foi deliberada a integralização do capital social que foi realizada em 24 de fevereiro de 2014, em moeda corrente nacional no valor de R\$ 203.300 que, somado ao capital social integralizado originalmente no dia 21 de janeiro de 2014, no valor de R\$ 30.700, perfaz o montante de R\$ 234.000.

b. Prejuízo por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do prejuízo por ação:

	<u>2014</u>
Numerador	
Prejuízo do período	(14.326)
Denominador	
Média ponderada de ações - (em milhares)	307.000
Prejuízo por ação básico diluído - em R\$	(0,04666)

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receitas

	<u>2014</u>
Receitas de contrato de construção	<u>149.518</u>
Receita bruta	<u>149.518</u>
Receita líquida	<u><u>149.518</u></u>

15. Resultado Financeiro

	<u>2014</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre financiamentos	(3.718)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(26)</u>
	<u><u>(3.744)</u></u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	20.113
Juros e outras receitas financeiras	<u>272</u>
	<u><u>20.385</u></u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>16.641</u></u>

16. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014		
	<u>Valor justo por meio de resultado</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>
Ativos			
Aplicações financeiras	294.608	-	-
Outros créditos	-	2.465	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3	-
Passivos			
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(271.507)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(27.351)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(458)
Total	<u>294.608</u>	<u>3</u>	<u>(299.316)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2014
Aplicações financeiras	294.608

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽²⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento do TJLP	Abril de 2016	273.472	(19.418)	(22.888)	(26.358)
				(19.418)	(22.888)	(26.358)
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	TJLP (3)			5,00%	6,25%	7,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(3) Refere-se a taxa de 31/12/2014, divulgada pela BNDES.

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme segue:

- Responsabilidade civil – R\$ 30.000;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 402.547;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 42.000; e
- Veículos: cobertura para danos materiais de R\$ 77.000 (R\$ 500 por veículos), sendo: R\$ 15.400 (R\$ 100 por veículo) para danos morais.

Além disso, a Companhia possui uma apólice de seguro garantia no valor total de R\$ 325.000, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

18. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2014 esses compromissos totalizavam R\$ 5.578.450, e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

19. Plano de Previdência Privada

Os montantes reconhecidos como despesas em 2014, relativos ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2014</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	221

20. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período de 2014:

	<u>2014</u>
Capitalização no ativo intangível	(412)
Fornecedores	<u>(25.722)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(26.134)
Aquisição de ativo intangível	21.359
Aquisição de ativo imobilizado	4.363
Capitalização no ativo intangível	<u>412</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	26.134

21. Eventos subsequentes

Na AGOE realizada em 15 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Em 24 de junho de 2015, ocorreu a segunda liberação da tranche do empréstimo ponte junto ao BNDES, no valor de R\$ 248.890, nas mesmas condições da tranche anterior.

Em 14 de setembro de 2015 iniciou-se a cobrança de tarifas nas praças de pedágio conforme previsto no contrato de concessão.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO
DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cioffi	Presidente
José Braz Cioffi	Conselheiro
Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro
Gildo Araújo Rodrigues	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente
Décio de Rezende Souza	Diretor Operacional
Henrique Rubião do Val	Diretor de Engenharia

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/0-3"S"MS